



Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

A IRA E A ALTERIDADE O TESTEMUNHO E O SENTIDO ÉTICO

Quanto mais se o ouvia, mais claro se tornava que sua inabilidade de falar estava intimamente relacionada com sua inabilidade de pensar, especialmente de pensar em relação ao ponto de vista das outras pessoas. Não havia qualquer possibilidade de comunicação com Eichmann, não porque mentisse, mas porque estava “fechado” às palavras e à presença de terceiros, e, portanto, à realidade como tal”.

Hannah Arendt¹

Você pensa saber quem é e de repente descobre que se transformou no que os outros querem enxergar em você.

Antonio Muñoz Molina²

“No campo de concentração de mulheres alemão, em Ravensbruck, vi Milena Jesenká pela primeira vez. Era outubro de 1940. Foi num caminho estreito, entre o lado de trás das barracas e o alto muro do campo guarnecido de arame farpado fortemente carregado de eletricidade, que ela veio ao meu encontro. Estava ali apenas há poucas semanas, um “acrécimo”, como denominavam as recém-chegadas. Eu mesma fora transportada para Ravensbruck havia apenas umas dez semanas, mas em comparação aos “acrécimos” já então me sentia prisioneira velha. Num campo de concentração algumas semanas representavam muito. Além disso, pelo fato de ter estado nas prisões soviéticas durante dois anos, antes de ser entregue à Gestapo, e permanecido também num campo de trabalhos forçados na Sibéria, com experiência, portanto, em campos de concentração, fui indicada pelo Chefe de Turma no Pavilhão dos Marginais, papel para o qual eu absolutamente não estava em condições e que me causava sofrimento, pois não conseguia me haver com as prostitutas. Pouco antes da chegada de Milena, fui promovida, na qualidade de Chefe de Pavilhão, para os Pesquisadores da Bíblia; pareceu-me que saíra do inferno e fôra para o céu.

Nestas circunstâncias conheci uma das personalidades mais admiráveis que jamais me apareceram na vida. Milena era alta, dos ombros largos erguia-se uma cabecinha bonita; o rosto estava marcado pelo sofrimento profundo, os olhos ensombreados e a pele terrosa

¹ Pesquisa com financiamento CNPq e FAPESP.

Arendt, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Diagrama & Texto, 1963. p 65.

² Molina, Antonio Muñoz. *Sefarad*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

de prisão. Usava um comprido e frouxo uniforme de prisioneira e botas grandes demais. Debaixo do lenço de cabeça obrigatório escampavam-lhe alguns cabelos pela testa. Nunca me esquecerei do gesto com que me deu a mão no primeiro movimento. Quando peguei sua mão, ela me disse com leve ironia: “Por favor, não aperte nem sacuda como vocês, alemães, costumam fazer. Os meus dedos estão doentes.

*Esta era, pois, a mulher que no seu tempo de jovem fora amada por Frantz Kafka. Mas nessa ocasião eu ainda não sabia disso”.*³

Assim são os primeiros parágrafos do pequeno texto de pouco mais de cinco páginas de Margarete Buber-Neumann, publicado em 1960 na revista *Cadernos Brasileiros*. Profundamente tocantes, os escritos apareciam sem introdução, sem explicações, sem nenhuma chamada especial. Ali, apenas a citação de praxe no índice e, ao final do periódico, uma breve nota sobre a autora: “Viúva do líder comunista alemão Heinz Neumann, passou longos anos nos campos de concentração de Stalin e Hitler. Seus livros de memória relatam estas experiências”.⁴

Era estranho este silêncio da *Cadernos Brasileiros* sobre a biografia de Margarete Buber-Neumann. Conhecida e festejada na Europa e nos Estados Unidos, Buber-Neumann, ex-nora do filósofo Martin Buber, não era propriamente apenas a viúva de Heinz Neumann, importante líder comunista alemão, amigo e companheiro de Harry Berger⁵, morto pela polícia de Stalin em 1937, sem deixar vestígios. Em 1960, ano deste número da *Cadernos*, Margarete já havia publicado um de seus mais importantes livros. O *Prisioneira de Stalin e Hitler* havia saído em 1948, em suas edições em alemão e sueco, traduzido na França e na Inglaterra em 1949, e nos Estados Unidos, por Dodd Mead, já em 1950. Nele, a ex-militante comunista relatava sua experiência como prisioneira dos campos de concentração de Stalin e de Hitler, e, a exemplo do russo Victor Kravchenko, traçava um perfil de semelhanças entre os dois regimes.

Além deste livro de grande repercussão, Margarete havia sido testemunha do próprio Victor Kravchenko no rumoroso caso em que o russo movera contra a revista *Les Lettres Française* acusando-a de difamação. Kravchenko havia publicado *I Choose Freedom*, em 1946, e, em 1947, traduzido o livro para o francês, a revista insistia em afirmar que o testemunho de Kravchenko sobre os campos de concentração soviéticos eram uma invenção. A ação judicial do dissidente soviético era bastante parecida com a que David Rousset, também um dos primeiros autores do que hoje se chama de literatura de testemunho, moveria contra a mesma *Les Lettres Françaises*⁶ em 1959, e da qual Buber-Neumann também fora importante testemunha.

O julgamento de 1949, entretanto, foi mais rumoroso e chegou a ser conhecido como o Julgamento do Século. Kravchenko (1905-1966), ex-comunista e capitão do

³ Buber-Neumann, Margarete. Milena em Ravensbruck: recordações da companheira de Frantz Kafka. In: *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Ano II, número 1, janeiro-março de 1960, pp. 53-57.

⁴ *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Ano II, número 1, janeiro-março de 1960, p. 88.

⁵ Harry Berger e sua esposa Elisa Ewert foram presos pelo governo Getúlio Vargas logo após o levante comunista de 1935 no Brasil. Elisa foi deportada e morreu num campo de concentração nazista, tendo passado pelo campo de Ravensbruck. Berger ficou louco depois de torturado no Rio de Janeiro, tendo sido solto e enviado para a Alemanha após o final da II^a Grande Guerra.

⁶ Publicação literária francesa (1941-1972), ligada ao Partido Comunista Francês (PCF).

Exército Vermelho, pedira axilo político aos Estados Unidos, em 1943, quando servia em Washington. Em 1946, ele publicaria seu livro *I Chose Freedom: The Personal and Political Life of a Soviet Official*. Nele, estavam as denúncias contra o processo de coletivização soviético, os trabalhos forçados e a existência de campos de concentração. Victor Kravchenko foi acusado de ser espião da CIA e de mentiroso pela revista *Les Lettres Françaises*. O testemunho de Margarete Buber-Neumann foi fundamental para que o russo ganhasse a ação.

Mesmo que o livro de Margarete, *Milena – Kafkas Freundin*, de 1963, ainda não tivesse vindo a público, a trajetória da autora já era muito significativa, embora a *Cadernos Brasileiros* não deixasse antever ao público brasileiro a importância de Buber-Neumann nos círculos intelectuais e políticos da Europa, especialmente na Alemanha, onde trabalhava na rádio e na televisão e onde a primeira parte de sua autobiografia havia sido publicada. Estes escritos publicados pela *Cadernos Brasileiros* e que antecediam ao livro sobre a amiga Milena seriam justamente aqueles em que ela reverenciava a companheira do campo de concentração de Ravensbruck, a tcheca Milena Jesenská⁷, musa de Frantz Kafka, a qual Margarete se referia neste artigo.

Ex-militante comunista, Margarete havia dividido com seus dois maridos uma longa trajetória de burguesa de posses, depois de ter se separado de Raphael Buber, em 1929, ligou-se a Heinz Neumann, e juntos militaram na Alemanha, na França e na Espanha. Em 1933, estavam refugiados em Moscou, onde ficaram hospedados no famoso Hotel Lux⁸. Em 1937, acusado de traição, Heinz foi preso e desapareceu para sempre sem deixar traços. Margarete foi presa em 19 de junho de 1938 em Moscou e enviada à Sibéria para o campo de trabalhos forçados Karaganda, até que, em 1940 – fazendo uso do Pacto Ribbentrop-Molotov, de 1939-1941 –, transferiram Margarete para o campo de Ravensbruck na Alemanha. Margarete conquistou a liberdade em junho de 1944 e aí se seguiu uma longa trajetória de buscas, de acerto de contas e de testemunhos⁹.

⁷ De família católica conservadora, Milena nasceu em Praga, em 1896, tendo perdido a mãe aos 16 anos. De temperamento libertário e com problemas de relacionamento com o pai, cedo passou a frequentar os círculos intelectuais dos cafés de Praga. Aos 20 anos se apaixonou por Ernest Pollak, 10 anos mais velho. Tornou-se amiga de Max Brod, Franz Werfel e de Franz Kafka. Milena ficou grávida de Pollak, judeu como Kafka, e fez um aborto. Foi internada pelo pai por nove meses em um hospital psiquiátrico em 1918. Quando saiu, casou-se com Pollak e mudou-se para Viena. Foi lá que obteve de Kafka a permissão para traduzir um pequeno conto do escritor do alemão para o tcheco, tendo iniciado sua correspondência e seu caso de amor. Posteriormente separa-se de Pollak, acaba voltando a Praga depois de uma passagem por Dresden e Moscou e segue uma vida amorosa atribulada em meio a uma saúde precária. Milena tornara-se militante do Partido Comunista, com quem rompeu em 1936. Em 1939, quando da invasão alemã, fazia parte de uma organização cujo objetivo era a retirada de intelectuais, judeus e gentios, da Tchecoslováquia, atividade que a levou à prisão, em 1940 e, de lá, para o campo de concentração de Ravensbruck. Morreu em 17 de maio de 1944 de problemas renais.

⁸ O legendário Hotel Lux era destinado a hospedar militantes e lideranças comunistas do mundo inteiro. São incontáveis as histórias ocorridas neste hotel, inclusive as de espionagem e de ostracismo a que foram submetidas lideranças internacionais.

⁹ Margarete Buber-Neumann nasceu em Potsdam, em 1901. Em 1921 frequentava a Juventude Comunista e, em 1926, filiou-se ao Partido. Em 1920, ao circular entre os judeus de esquerda, conheceu Rafael Buber, com quem se casou e teve duas filhas. Separaram-se em 1925 e Margarete criou as filhas até que perdeu a guarda, em 1928, para os avós paternos. Em 1929 passou a viver com Heinz Neumann,

Após a publicação do livro em que traçava o paralelo entre o comunismo e o nazismo, Buber-Neumann fez parte do Comitê de Liberação para as Vítimas do Despotismo Totalitário em resistência à Berlim Oriental¹⁰. Em 1951 e 1952, fundou e liderou o Instituto para Educação Política, dirigido a jovens e orientado para o ensinamento dos “princípios fundamentais da democracia”. Marcante ainda seria sua participação no *Congresso para a Liberdade da Cultura* (CCF), órgão que oficialmente suportava e financiava a revista *Cadernos Brasileiros*.

Juntamente com outros importantes intelectuais, como Raymond Aron, Ignazio Silone, Sidney Hook, Arthur Schlesinger, Arthur Koestler, François Bondy, Melvin Larsky, Salvador de Madriaga, Nicolas Nabokov¹¹, para citar alguns, Margarete Buber-Neumann foi uma das fundadoras do *Congresso pela Liberdade da Cultura*, cujo ato de constituição foi um imenso acontecimento em Berlim, no ano de 1950, sob a mão invisível de suporte e financiamento da CIA, fato que seria amplamente denunciado pelo *New York Times* em 1966.

Na engrenagem em que a Agência de Segurança montou mundo afora, espalhando o Congresso como forma permanente de luta contra os regimes considerados totalitários, ainda estavam o financiamento das revistas *Preuves*, na França; a *Encounter*, na Inglaterra, *Fórum*, na Áustria, *Cuadernos*, edição em língua espanhola publicada em Paris; *Soviet Survey* e *The China Quarterly*, publicadas na Inglaterra; *Quest*, na Índia; *Quadrant*, na Austrália; *Kulturkontakt*, na Suécia; *Science and Freedom Bulletin*, na Inglaterra; *Tempo Presente*, na Itália; *Der Monat*, na Alemanha; *Perspektiv*, na Dinamarca; *Examen*, no México; e *Freedom-Jiyu*, no Japão e, é claro, a *Cadernos Brasileiros*, sediada no Rio de Janeiro¹².

Margarete assumiu, logo após a fundação do CCF, o posto de Secretária do *Congresso* em Berlim¹³. O cargo era importante, ainda mais se levarmos em conta que entre 10 e 14 mil pessoas estiveram presentes no ato de fundação ocorrido na então ex-capital alemã. Some-se ainda o fato de que Buber-Neumann havia escrito um dos primeiros *livros de testemunho* sobre os horrores dos campos de concentração existentes na URSS, na Alemanha Oriental e na Espanha de Franco. A denúncia sobre a existência dos campos havia sido um dos pontos altos do encontro do *Congresso pela Liberdade da Cultura*.

o segundo homem na hierarquia do PC alemão (estava só abaixo de Thaelmann). O casal foi enviado à Espanha, em 1933, depois de passar férias com Stalin, e, posteriormente à Suíça, onde foi preso. A Alemanha pedia, então, a extradição de Newman. A União Soviética ofereceu asilo a ambos e assim eles retornaram a Moscou. Buber-Neumann era também irmã de Babete Gross, esposa de Willi Münzenberg, o líder do Komintern. Foi presa em 19 de junho de 1938 em Moscou e extraditada para a Alemanha no início de 1939. Entre 1934 e 1947, Margarete não teve contato com suas filhas. Faleceu em novembro de 1989. In: Todorov, Tzvetan. *Hope and Memory: Lessons from the Twentieth Century*. New Jersey, Princeton University Press, 2003, pp. 93 e segs.

¹⁰ Este Comitê existiu até 1952.

¹¹ A lista dos fundadores do Congresso pela Liberdade da Cultura soma mais de uma centena de pessoas da Alemanha, Áustria, Bélgica, Colômbia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Índia, Itália, Letônia, Noruega, Polônia, Rússia, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia e Turquia. Cf.: Grémion, Pierre. *Intelligence de l'anticommunisme: le Congrès pour la liberté de la culture à Paris (1950-1975)*.

¹² Lista publicada na *Cadernos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Ano II, n.º 4, de outubro a dezembro de 1960.

¹³ A outra secretária ficaria em Paris.



Fonte: CIA Report. *Origins of The Congress For Cultural Freedom*. www.cia.gov/csi/studies/95sunclass/warner.html/, acesso em 10 de julho de 2006. Foto do fechamento do Congresso, em 1950

A revista *Cadernos Brasileiros* omitiria a importância de Margarete Buber–Neumann, embora a própria publicação anunciasse que era “órgão trimestral da *Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade da Cultura*, editado sob o patrocínio do *Congresso pela Liberdade da Cultura*”¹⁴, cujo secretariado de Berlim era o segundo mais importante na estrutura da organização, perdendo apenas para Paris.

O peso intelectual de Buber-Neumann era considerável. Ela tratava o problema de seu testemunho nos campos de concentração com rara sensibilidade. Juntamente com David Rousset, Primo Levi, Germaine Tillion, Vasily Grossman e Romain Gary, Neumann fazia parte de uma certa aristocracia intelectual que cuidava ao mesmo tempo de manter o passado como memória e, especialmente, de revivê-lo como presente¹⁵. Os membros do *Congresso pela Liberdade da Cultura*, em especial, reviviam esta memória

¹⁴ Por ocasião do número I do ano II, edição que publicou o artigo de Margarete Buber-Neumann, era Diretor da *Cadernos Brasileiros*, Afrânio Coutinho, Stefan Baciu, redator chefe; Arino Peres, secretário. Adonias Filho, Anísio Teixeira, Cassiano Ricardo, Celso Cunha, Eduardo Portela, Elmano Cardim, Érico Veríssimo, Eugênio Gomes, Evaristo de Moraes Filho, Gilberto Freyre, J. Garrido Torres, Levi Carneiro e Manuel Bandeira formavam o Conselho Consultivo.

¹⁵ Existe uma tardia tradução brasileira do trabalho de Buber-Neumann feito pela Editora Guanabara, com o título de *Milena*, e que data de 1987. Embora sensível, o livro é limitado em termos de qualidade literária.

pautada pelo reconhecimento de que totalitarismo¹⁶ era sinônimo de nazismo e de comunismo soviético, em que pese toda a resistência da esquerda simpatizante com Moscou a esta aproximação.

Esta postura aparecia fortemente na própria tecitura do texto de Margarete Buber-Neumann. Em meio à lembrança da dignidade e da bondade presentes em Milena, por exemplo, apesar da degradação humana, a autora dizia que Milena “desenvolvia uma crítica apaixonada contra os métodos terroristas dos comunistas” e que ambas foram vítimas de perseguição das comunistas tchecas presas em Ravensbruck, de seu “ódio fanático”.

Seu trabalho trazia o testemunho (portanto, a certificação da veracidade) e buscava um ajuste de contas com o passado e o presente. Seu fio condutor era a possibilidade da manutenção da dignidade e da altivez humana trazida à cena pela amiga Milena, em contraponto ao comportamento mesquinho, desumano e tirano das presas militantes comunistas em pleno reino de terror que era o campo de concentração nazista.

O pequeno trecho do livro publicado pela *Cadernos Brasileiros* seguia esta linha e apregoava a coincidência totalitária entre as duas posturas: a nazista e a comunista, ambas, atestadamente, indignas. Ambas representativas de dois regimes coincidentes¹⁷.

O relato testemunhal de Buber-Neumann quanto ao comportamento das prisioneiras que hostilizavam Milena e ela própria, Margarete, era apresentado de forma a mostrar como se construía uma espécie de amálgama perversa entre política e verdade¹⁸, ou melhor, de uma concepção de negação da política (para usarmos uma construção próxima ao entendimento de exercício democrático da política, como colocado por Hannah Arendt), já que não havia aí qualquer espaço para a dúvida e já que a verdade adquirira

¹⁶ Embora o termo tenha surgido por volta de meados dos anos 20 com o advento do fascismo italiano, e utilizado pelos próprios fascistas, seu uso foi generalizado apenas após a Segunda Grande Guerra. Primeiramente a concepção mais intelectualizada de totalitarismo foi dada pelo filósofo italiano Gentile destacava a ênfase no estatismo, no caráter religioso do fascismo e na assertiva de que o espírito totalitário do fascismo renovaria a Itália, penetrando todas as esferas da vida humana. Havia, no totalitarismo, uma aposta no caráter inovador e não reacionário do regime, uma vez que as mudanças radicais eram seu ponto de partida, e a aposta em um futuro utópico e de transformação das classes em um todo uno, seu ponto de chegada. Neste sentido, um ativismo de Estado, o fim da sociedade civil, o emprego da coerção e da violência e a disseminação de mitos sociais eram seus pressupostos. Pontos de partida que foram retomados na década de 1930 pelo filósofo alemão Carl Schmitt, o chamado jurista do nazismo, que de forma bastante elaborada adotara o princípio “decisionista”, cuja explicação de mundo reside na *vontade política que a gera*. Cf.: Gleason, Abbot. *Totalitarianism: The Inner History of The Cold War*. NY, Oxford University Press, 1995, especialmente o Primeiro Capítulo. Posteriormente, os trabalhos mais relevantes foram o de Hannah Arendt (*As origens do totalitarismo*, 1951); de Carl J. Friedrich (*A ditadura totalitária*, 1957) e Zbigniew K. Brzezinski. (*The Permanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism*, 1956). Cf. Bobbio, Norbert, Mateucci, Nicola & Pasquino, Gianfrancesco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1992.

¹⁷ Arendt se refere a duas formas autênticas de domínio totalitário. Entretanto, no período anterior ao término da Segunda Guerra, especialmente na década de 1930, era comum o emprego do termo totalitário como equivalente positivo de experiências em regimes que negavam radicalmente os princípios do liberalismo, inclusive com remissões à experiência soviética. Vide a este respeito inclusive os intelectuais brasileiros como Francisco Campos.

¹⁸ A este respeito, gostaria de remeter o leitor a Cancelli, Elizabeth. “Pensando a América: de Thomas More a Hannah Arendt: em nome da virtude, da política e de Deus”. In: Duarte, André; Magalhães, Marionilde B; Lopreato, Christina R. *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

uma espécie de estatuto divino, incontestável, inclusive de vontade. Esta adoção de um discurso político fundamentalista e inequívoco, a exemplo dos discursos religiosos fundamentalistas que se transformam em dogma, era mostrado como eminentemente excludente, impossibilitado de qualquer interação com a diversidade, e sustentado por um profetismo milenarista¹⁹. Enfim, um mundo sustentado no fanatismo.²⁰

A crítica de Buber-Neumann, assim como a de outros escritos de lideranças do *Congresso pela Liberdade da Cultura* – e Raymond Aron era um deles com presença constante na *Cadernos Brasileiros* –, firmava-se no incessante juízo à tolerância de crimes dos regimes soviético e nazista e na crença de ambos no dogma, ou do ópio, como gostava de enfatizar Aron²¹. Segundo Aron, o profetismo marxista, típico do profetismo judeu-cristão, “esboça uma imagem do que deve ser e será, e escolhe um indivíduo ou um grupo para transpor o espaço que separa o presente indigno do futuro grandioso”.²²

É interessante notar que esta percepção que os escritos políticos traziam sobre a total inflexibilidade e sobre a presença de certezas absolutas que cercavam o discurso e a ação totalitárias, dentro ou fora dos campos de concentração, também estava presente na própria necessidade de construção do testemunho.

Como o horror havia ficado sem registro, e este registro deveria e poderia ser dado pelo testemunho e porque o que foi visto era indizível, partia do testemunho a tentativa de dar um estatuto de verdade à ação do terror. Eram narrativas autobiográficas comprometidas com o passado, com a ética e com a necessidade de explicar e dar um sentido ao inexplicável, buscavam, por assim dizer, incessantemente, o *ánthropos*. *Se questo è un uomo?* – a pergunta que Primo Levi fazia e que dava o título a seu livro – mostrava o tom de perplexidade dos que haviam enfrentado aqueles anos de sufreguidão, medo, desespero e morte²³.

Neste registros do pós-guerra, são incontáveis as passagens que narram a perplexidade das testemunhas frente ao que elas diagnosticavam como o ódio que movia e alimentava a rejeição dos agora seus inimigos.

O texto de Margarete Buber-Neumann na *Cadernos Brasileiros* questionava esta rejeição, e trazia o questionamento em forma de posicionamento ético:

Milena Jesenká foi, depois de 1930, durante alguns anos, membro do Partido Comunista da Tchecoslováquia, mas entrou em conflito com a linha do partido (“Parteilinie”) o que, devido à sua independência, não podia ficar excluído(sic), sendo expulsa do P.C.. Como redatora de uma revista civil de esquerda, ela desenvolvia uma crítica apaixonada contra os métodos terroristas dos comunistas. Apesar disso (sic) as mulheres comunistas do campo de concentração começaram imediatamente a incomodar-se. E quando souberam da amizade de Milena comigo, elas lhe impuseram um ultimato, isto é, ela teria que se decidir entre a comunidade KZ tcheca e a “trotskista” Buber-Neumann. E Milena encontrou a sua decisão,

¹⁹ Aron, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 222.

²⁰ *Idem, ibidem*, vide, especialmente a Introdução do livro.

²¹ Essa era uma das tônicas do *O ópio dos intelectuais* de Aron publicado na França em 1955, com tradução na língua inglesa em 1957.

²² Aron, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 220.

²³ A publicação italiana é de 1947.

cuja conseqüências ela sabia bem quais eram. Foi perseguida pelas prisioneiras comunistas com o mesmo ódio fanático que eu. Ameaçando-nos a ambas de, no final da guerra, após a libertação pelo Exército Vermelho, nos fuzilar”.²⁴

Dizia Buber-Neumann que as detentas comunistas tinham todas as qualidades requeridas para o trabalho de escravas²⁵.

O ódio e o fanatismo eram recordados e denunciados como comuns tanto ao nazismo quanto ao comunismo, responsáveis, em última análise, pela era de escuridão (*darkness*) do sombrio século XX. Deste paralelismo entre nazismo e comunismo se fixou também o conceito/adjetivo de totalitarismo para ambos. Nele, o questionamento era o da perda total da dimensão humana e de sua substituição por códigos brutais de ação baseados na crença de que sistemas políticos pudessem libertar o homem.

O contraponto desta crença fundamentalista era recorrentemente salvaguardada nos testemunhos: vinha acompanhada da perplexidade em relação à desumanidade e na dupla de uma espécie de antípodas que se apresentava sistematicamente: do amor que se contrapunha ao ódio (amor/ódio); e da dignidade que se contrapunha à tirania (dignidade/indignidade). Denunciavam-se dois regimes que, pressupostamente, eram faltantes em relação à ética do outro.

Os relatos de testemunho, entretanto, e o texto de Buber-Neumann é um exemplo, dificilmente percebiam que estes regimes possuíam uma profunda consistência lógica, o que dificultou sobremaneira a tarefa de encontrar algum sentido no terror. A perplexidade desconcertante percebida na literatura de testemunho revelava, na verdade, inconformismo e incompreensão relativa a concepções de mundo cuja lógica (e, insistimos, sua consistência) não estava absolutamente centrada na ética do outro, mas muito além dela. Nos sistemas totalitários, tratava-se da ética de si mesmo; uma representação que não é do outro, mas de si, que parte da lógica de si mesmo e que, portanto, não elege o outro como estranho, *unheimlich*: o outro sequer é outro²⁶. Sendo assim, a pergunta de primo Levi – É isto um homem? – nunca poderia ser respondida pelo regime; ela não cabe como pergunta.

De uma forma geral, e o texto de Buber-Neumann é emblemático, os relatos de testemunho se concentravam na questão do ódio desmesurado demonstrado pelos opressores, quase como uma espécie de capricho tirânico. Os diversos aspectos dogmáticos nos quais se baseava a consistência lógica dos regimes totalitários eram deixados de lado. Na verdade, os relatos dificilmente se davam conta de que não era o ódio a matriz da ação na disseminação do terror. Ter ódio, de uma certa forma, seria admitir o outro e manter com ele um princípio de igualdade. Ter ódio estaria fadado a dar ao outro uma dimensão de humanidade, pois o ódio, cujo lugar é o das paixões humanas, está circunscrito juntamente ao humano; portanto, passível de questionamento, de dúvida, de erro, de falibilidade. Ter ódio seria dar ao outro

²⁴ Buber-Neumann, Margarete. *Milena em Ravensbruck: recordações da companheira de Frantz Kafka*. In: Cadernos Brasileiros, Rio de Janeiro, Ano II, número 1, janeiro-março de 1960, pp. 53-57.

²⁵ Buber-Neumann, Margarete. *Milena*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987, p. 236.

²⁶ São instigantes as colocações de Alain Badiou a respeito desta inversão da ética do outro para a ética de si mesmo. Cf.: Badiou, Alain. *La etica: ensayo sobre la conciencia del mal* (texto completo). In: www.tematika.com. Acesso em 19 de maio de 2006.

o direito à dúvida e, por intermédio dela, poder admitir a injustiça ou o capricho tirânico. Portanto, o ódio seria incompatível com o dogma, porque contestável, reprovável, factível de injustiça.

A profunda consistência lógica do totalitarismo, entretanto, não estava assentada no ódio, mas, de acordo com seu radicalismo dogmático, na Ira. A relação de verdade mundana com designo divino era um dos pontos-chaves que dava consistência ao discurso totalitário. Daí a busca de verdades com sentido ético incontestável. Não seria por acaso que a alusão direta a Deus está registrada por mais de meia centena de vezes no livro de Hitler, *Mein Kampf*. Mesmo agnóstico, Hitler postulava que tudo que fugisse das verdades incontestáveis que estavam sendo apresentadas ao povo alemão estava vindo de encontro à vontade do Criador. E, portanto, era objeto de sua Ira.

A recorrência a uma dimensão religiosa que legitimasse a ira conferia a um ardoroso desejo de Deus o reconhecimento de absoluta soberania. Até porque, podia-se dizer que na própria Bíblia estava postulado que “fora do evangelho só há lugar para a Ira de Deus”²⁷:

“A. Os gentios e os judeus sob a ira de Deus

*Os gentios, objeto da ira de Deus – (18) Manifesta-se, com efeito, a ira de Deus, do alto do céu, contra toda a impiedade e injustiça dos homens que mantêm a verdade prisioneira da injustiça. Porque o que se pode conhecer de Deus é manifesto entre eles, pois Deus lho revelou.”*²⁸

A um povo injustiçado, como era lida naquele tempo a realidade da Alemanha, restava a justiça divina do levante pela ira. Ao contrário do ódio, pertencente à esfera das paixões humanas, a Ira possui outra magnitude, aquela capaz de tudo justificar pela sua justiça e pela sua infalibilidade. Seja em nome do Deus da religião, seja em nome do deus do Estado.

Estar de acordo com a vontade do Onipotente criador, conferia um lugar de justiça. Era a Ira a expressão que designava o ardoroso desejo de Deus pelo reconhecimento de sua absoluta soberania. Já nos dois últimos parágrafos do segundo capítulo de *Mein Kampf*, Adolf Hitler pontifica com imensa clareza a ética e a construção da consistência lógica que guiou o nazismo: a procura da dignidade perdida do povo alemão. Esses trechos são fundamentais para se entender esta dinâmica. Ei-los:

Se os judeus, com a ajuda de seu credo marxista, triunfarem sobre a população mundial, sua coroação será a coroa funerária da raça humana, e este planeta seguirá novamente sua órbita em direção à eternidade sem nenhuma vida humana em sua superfície, como há milhões de anos atrás.

*Assim eu acredito hoje que minha conduta está de acordo com a vontade Onipotente do Criador. Em posição de guarda contra os judeus, estou defendendo a obra de Deus.”*²⁹

²⁷ Cf.: *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo, Edições Paulinas, 1985, p. 2120.

²⁸ *Idem, ibidem*. Romanos 1.

²⁹ Hitler, *Mein Kampf*. Project Gutenberg of Australia eBook, Translated into English by James Murphy (died 1946). www.promo.net/pg/. Acesso, 02 de julho de 2006. Constante do segundo capítulo do Primeiro Volume: Years of Suffering in Vienna. No original em inglês: Should the Jew, with the aid of his Marxist creed, triumph over the people of this world, his Crown will be the funeral wreath of mankind, and this planet will once again follow its orbit through ether, without any human life on its surface, as it

Embora estas sombrias previsões nos soem como patéticas, o discurso nazista se alimentou desta estruturada consistência lógica partindo da ética de si mesmo. Este trecho, usado como um pequeno exemplo, já que eles são inumeráveis, é precedido de um outro que, ao se referir ao “despertar” do próprio Hitler, mostra como é possível, pela auto-referência, o encontro com a verdade de si:

Um arrepio gelado correu minha espinha quando percebi pela primeira vez que era o mesmo tipo de sangue-frio, pele grossa e descarado judeu que mostrava sua contumaz destreza em conduzir a revoltante exploração da ralé da grande cidade. Foi então que peguei fogo de ira.

Agora eu não hesitava mais em trazer o problema judeu à luz. E em todos seus detalhes. Não. Daqui para frente eu estava determinado a assim proceder. Mas como aprendi a seguir os judeus nas mais diversas esferas da vida cultural e artística, e nas várias manifestações da vida, repentinamente eu os vi em uma posição em que menos os esperava encontrar. Eu compreendi que os judeus eram os líderes da Social Democracia. Em face desta revelação, as dimensões caíram sob meus olhos. Minha longa luta interior tinha chegado a um fim.³⁰

Todo o que se postasse fora de si mesmo estava pronto para a diabolização.

Hannah Arendt entendeu perfeitamente a consistência lógica totalitária, na medida em que sintetiza como “mal radical” o horror. Mesmo no livro *As origens do totalitarismo*, mas muito mais consistentemente em *Eichmann em Jerusalém*, aparece esta onipotência (in)humana, quase divina, que transforma as vidas humanas em supérfluas, em função da total destruição da esfera pública e de seus pressupostos de verdade. É interessante como os dois livros de Arendt tecem a análise a partir de seu achado de que existe uma consistência lógica³¹ nesses regimes e que esta consistência parte de premissas incontestáveis (para o caso do marxismo, sua transformação em doutrina comunista)³², que permitem que a discriminação se transforme em argumento político, e, através dele, se legitime. Uma crença total nos meios e fins. Uma crença total nas razões de Estado e uma completa aceitação dos crimes contra a humanidade instigados pelas razões de Estado.

did millions of years ago. And so I believe to-day that my conduct is in accordance with the will of the Almighty Creator. In standing guard against the Jew I am defending the handiwork of the Lord.

³⁰ *Idem, ibidem*. No original em inglês: A cold shiver ran down my spine when I first ascertained that it was the same kind of cold-blooded, thick-skinned and shameless Jew who showed his consummate skill in conducting that revolting exploitation of the dregs of the big city. Then I became fired with wrath. I had now no more hesitation about bringing the Jewish problem to light in all its details. No. Henceforth I was determined to do so. But as I learned to track down the Jew in all the different spheres of cultural and artistic life, and in the various manifestations of this life everywhere, I suddenly came upon him in a position where I had least expected to find him. I now realized that the Jews were the leaders of Social Democracy. In face of that revelation the scales fell from my eyes. My long inner struggle was at an end.

³¹ Young-Bruehl, Elizabeth. *Hannah Arendt: por amor ao mundo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997, p. 264.

³² Esta assertiva diz respeito ao marxismo transformado em doutrina. Ou seja, quando se incute “opinião, ponto de vista ou princípio sectário; inculcar em alguém uma crença ou atitude particular, com o objetivo que não aceite qualquer outra”. Houaiss, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001, p. 1081.

É ainda justamente este mal radical, associado à vulgaridade travestida de coragem, que torna possível a onipresença do discurso fundado na ira e que faz com que seja tão difícil, quase impossível, a literatura de testemunho apreender que o eixo da questão da destruição do outro não está em atribuir à existência do ódio desmesurado e monstruoso – como se pretendeu atribuir a Eichmann e foi denunciado por Arendt – ou do capricho tirânico ensandecido – como se quer atribuir a Hitler e a Stalin – o horror. Mas que esta ira fundamentada em uma lógica de justiça (com ou sem origem divina) é que dá sentido ao sem sentido.

De qualquer forma, a questão dos testemunhos ocupou um lugar fundamental no debate do pós-guerra sobre o sentido ético da humanidade e os regimes totalitários. Neste acerto de contas e busca de um sentido para – repetimos – o sem sentido, a importância dos testemunhos não era absolutamente jurídica, mas, como afirmara Michel de Bouïard, “quando os sobreviventes da deportação tiverem desaparecido, talvez os pesquisadores do futuro tenham em mãos papéis hoje escondidos; mas não mais disporão da fonte principal, ou seja, da memória viva das testemunhas”³³, da evidência narrativa de que houve a disseminação dos crimes contra a humanidade, do inconformismo em relação à perplexidade.

O acerto de contas fora trazido através da postura que não se furtava em buscar os pontos de encontro entre o stalinismo e o nacional-socialismo. É claro que a crítica que apontava em direção à aproximação dos dois regimes vinha sendo apropriada sistematicamente pela extrema-direita anticomunista, em especial pelos MacCarthistas, pelo sionismo³⁴ e por ex-comunistas que haviam trocado Stalin pela CIA, como no caso de alguns membros fundadores do CCF³⁵. A partir desta apropriação, o termo totalitarismo passou a ser especialmente criticado pelos neo-marxistas e pelos adeptos da “teoria dos jogos”.

O que acontecera depois que Hannah Arendt publicara seu *Eichmann em Jerusalém*, em 1961, entretanto, é que se criara um divisor de águas sobre a reconstrução do Holocausto que havia nascido da própria literatura de testemunho. Uma questão se tornara evidente: Arendt destruía a tessitura da construção de um totalitarismo que se assentava na diabolização quase religiosa do outro, até mesmo como conseqüência da mudança em suas preocupações que peregrinaram da natureza da ação política para as faculdades de pensar e julgar.

De uma certa forma pode-se dizer que falar do mal radical era aceitar que no totalitarismo não há outro, tudo se constitui a partir de si mesmo: simplesmente o mal radical está assentado na verdade de que não existe o outro, só o mesmo. Daí a observação de Hannah Arendt de que Eichmann *estava “fechado” às palavras e à presença de terceiros, e, portanto, à realidade como tal*. Além disso, a postura de Arendt em não poupar de crítica a colaboração das lideranças judaicas na máquina de extermínio negava, a priori, qualquer papel de vitimização, como ela mesma postula no livro:

³³ Bouïard, Michel de. Mauthausen. In: *Reveu de Deuxième Guerre Mondiale*, 15-16, julho-setembro, 1954, 41-80. Apud: Vidal-Naqued, Pierre. *O revisionismo da História: os assassinos da memória*. Campinas, Papirus, 1988.

³⁴ Especialmente pela instrumentalização do Holocausto pela política de direita israelense.

³⁵ Sidney Hook e Silone, por exemplo.

*o julgamento de Jerusalém falhou em expor aos olhos do mundo, nas suas verdadeiras dimensões, o que pretendia, porque oferece a mais polêmica visão da totalidade moral que os nazistas causaram à respeitável sociedade européia – não somente na Alemanha, mas em quase todos os países, não somente aos perseguidores mas também às vítimas.*³⁶

Não por um acaso, as primeiras observações de Hannah Arendt em sua publicação sobre Eichmann são contra o julgamento/ espetáculo, bem como trazem uma ácida crítica ao Estado de Israel e às razões de Estado de Bem-Gurion³⁷. As críticas corresponderiam ao que, em verdade, deveria se lutar contra: a diabolização, a perda total de sensibilidade e a falta de capacidade de julgar. Ironicamente, críticas que colocavam em questão a existência da passividade e o próprio significado do holocausto (ato de sacrifício praticado pelos antigos hebreus, ato de abnegar, de renúncia).

O depoimento dado por Arendt, quando questionada por Hans Morgenthau sobre seu apego à crítica, no outono de 1972, talvez exemplifique, de forma mais clara como eram incômodas suas questões:

– O que é você? Uma conservadora? Uma liberal? Qual é sua posição dentro das possibilidades contemporâneas?

*Arendt: Não sei. Eu realmente não sei nem nunca soube. E suponho que nunca tive qualquer posição assim. Você sabe que a esquerda pensa que sou conservadora, e os conservadores às vezes pensam que sou de esquerda, ou dissidente de Deus-sabe-o-quê. Devo dizer que não poderia preocupar-me menos. Não penso que as verdadeiras questões deste século receberão qualquer espécie de esclarecimento dessa maneira.*³⁸

Este apego irrestrito de Arendt à crítica e sua busca constante por perguntas teria um preço alto: houve forte reação a sua tese de que não era o ódio aos judeus o motor de ação de Eichmann. As questões que envolviam o horror eram muito mais profundas e precisavam ser buscadas de outra maneira, sem escamotear os fatos e sem recorrer à fácil saída da diabolização. Onde então estava assentada a “banalidade do mal”?

A revista *Cardernos Brasileiros*, que doze anos antes desta entrevista de Hannah Arendt havia publicado o pequeno trecho do livro de Margarete Buber-Neumann, arriscamos, não estava, como Arendt, preocupada em construir o apego à crítica. Naquele momento, a *Cadernos Brasileiros*, como as outras revistas financiadas pelo CCF com os auspícios da CIA, radicalizava a crítica ao totalitarismo para identificá-lo com o pensamento de esquerda de uma forma mais geral. Provavelmente esta era a razão pela qual costumava amenizar de maneira tão radical a biografia de seus colaboradores, como o fizera com Margarete Buber-Neumann, e se punha sob a confortável sombra da vitimização.

Uma especulação, provavelmente legítima, sobre o descompromisso da *Revista* com o apego à crítica, pode ser observada pelo fato de que vários de seus colaboradores e responsáveis editoriais ofereceram suporte no mundo todo a governos ditatoriais que pudessem empreender o que se chamou, a partir de meados da década de 1950,

³⁶ Arendt, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Diagrama&texto, 1983, p. 139.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 21.

³⁸ Young-Bruehl, Elizabeth. *Ob. cit.*, p. 393.

de “desenvolvimento necessário”. Chegaram a ponto de aceitar a criminalidade de regimes políticos como forma de organização necessária para promover o rápido desenvolvimento industrial. No caso do Brasil, vários desses intelectuais acabaram por se engajar ao IPES³⁹ e dar forte apoio ao golpe militar de 1964⁴⁰.

Ironicamente, estes regimes que deveriam promover o rápido desenvolvimento industrial – como única forma de se chegar à democracia – viriam a ser denunciados por uma nova era de relatos testemunhais sobre o indizível. Publicava-se uma nova literatura de testemunho: a sobre os “anos de chumbo”, especialmente os das ditaduras militares da América do Sul⁴¹, que haviam chegado, em sua maioria, argumentando que deveriam modernizar os países para democratizar, livres das ameaças de esquerda.

A nova onda de violência de Estado que se seguiu, quando ainda a humanidade nem se recuperara das chagas abertas pelos regimes totalitários e pela Segunda Guerra Mundial, denunciava a presença constante da tolerância ao extermínio e da negação do outro no transcorrer de todo o século XX. Uma realidade desconcertante se pensarmos no que Adam Smith já escrevera em 1759:

*“E se considerarmos todas as diferentes paixões da natureza humana, descobriremos que são consideradas decentes ou indecentes na medida apenas em que os homens estejam mais ou menos dispostos em relação a elas.”*⁴²

³⁹ O IPES, O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi criado em 29 de novembro de 1961 e declarado de utilidade pública pelo dec. 40 131 de 23 de maio de 1962. Iniciou suas atividades, no Rio de Janeiro e em São Paulo, por grupos com enfoques diferentes, e expandiu-se por Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, etc.. Formado basicamente por empresário e intelectuais, foi um importante foco de oposição e de conspiração contra o governo de João Goulart. Dirigido pelo Comitê Nacional Conjunto, um Conselho Orientador e um Comitê Executivo. Os dois documentos básicos de formação do IPES foram a Ata para a Aliança para o Progresso, conhecida como Declaração de Punta Del Este, de agosto de 1961 e a Encíclica *Mater et Magistra*. Segundo a documentação de René Dreifuss, a editora Saraiva estava ligada ao programa editorial do IPES, de cujo Grupo de Publicações/Editorial faziam parte, entre outros, Augusto Frederico Schmidt, Odylon Costa Filho, Raquel de Queiroz e Nélide Piñon. O Grupo era supervisionado por um dos líderes do IPES, José Rubem Fonseca. Arquivo Histórico Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, QL/SPD025 (1961-1971) e docs. “Definição de Atitudes”, de 20 de novembro de 1963; De Garrido Torres para Comitê Diretor, de 29 de maio de 1962; e de Garrido Torres para General Herrera, e de 9 de agosto de 1963. Arquivos do CPDOC, in: www.fgv-cpdoc.fgv.br; Dreifuss, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 5 ed. 1987.

⁴⁰ Desenvolva estas informações em: Cancelli, Elizabeth. *A crise dos alienados*. São Paulo, USP, mimeo, 2006.

⁴¹ Vide a respeito das origens da expressão o interessante artigo *A literatura de testemunho e a violência de Estado*, de Valeria de Marco, publicado em 2004 pela revista Lua Nova. In: www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf, acesso em 05 de junho de 2007.

⁴² Smith, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo, Martins Fontes, 2002, p. 29 e 30. “And if we consider all the different passions of human nature, we shall find that they are regarded or indecent, just in proportion as mankind are more or less disposed with them”. Smith, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*. N.Y, Prometheus Books, 2000, p. 32.